

Atuação do Exército Brasileiro no Combate aos Problemas das Secas do Semi-Árido Nordeste: Situação Atual e Sugestões para o Futuro

Francisco Manuel Mercês de Oliveira*

Resumo da monografia elaborada, pelo autor, como exigência curricular para a obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

Um país só pode considerar-se desenvolvido quando todas as regiões que o compõem estiverem desenvolvidas e quando todos os seus habitantes puderem usufruir desse desenvolvimento. Essas são condições indispensáveis para um progresso em ambiente estável e com paz social.

O Brasil, infelizmente, caracteriza-se por grandes diferenças regionais. Em particular, destaca-se a crítica situação do nordeste brasileiro, repleto de bolsões de miséria, comparáveis às regiões mais pobres do mundo. E, sem dúvida, um dos

fatores que o levou à situação atual foi o clima.

A seca do semi-árido, tão falada e decantada, porém pouco conhecida, traz consigo conseqüências impiedosas nos campos político, econômico e psicossocial. E para resolver esses problemas, além da atuação permanente do governo, em todos os níveis, faz-se necessária a conscientização e a participação efetiva de todos os segmentos da sociedade brasileira.

Nesse contexto, torna-se cristalina a necessidade de atuação do Exército Brasileiro, como um eficaz instrumento de colaboração para o desenvolvimento sócio-econômico da região. Essa participação já é uma reali-

dade há várias décadas, porém o potencial da Força Terrestre ainda não foi explorado em sua totalidade.

A utilização plena dessa capacidade é possível e imprescindível. Para isso são necessárias urgentes providências, tanto na esfera do poder público, quanto no âmbito do Exército. É preciso vontade para abraçar a causa nordestina, a fim de que o Brasil seja menos injusto e obtenha um desenvolvimento mais homogêneo.

O presente ensaio, além de estar baseado em uma razoável bibliografia, é fruto, também, da rica experiência do seu autor, nascido no agreste paraibano e com uma folha de dez anos de

* Major de Infantaria e Estado-Maior.

serviços prestados ao Exército, na região nordestina.

Não se pretende apresentar uma solução definitiva para problema tão complexo e polêmico. Objetiva-se, entretanto, propor algumas medidas para otimizar a participação da Força Terrestre no desenvolvimento sócio-econômico do Nordeste, sem que, no entanto, se descure da missão constitucional que lhe é atribuída.

O NORDESTE E A SECA

Aspectos fisiográficos

A Região Nordeste do Brasil representa 18,26% do território nacional, abrangendo nove estados da Federação. Sua população, de acordo com o último censo, é de 43 milhões de habitantes ou 28,9% do País, com uma densidade demográfica de 28,05 hab/km². É a segunda região mais populosa e a terceira mais densamente povoada.

Está dividida em três zonas principais: a Zona da Mata, o Agreste e o Sertão. A Zona da Mata compreende a faixa litorânea de até 200 km de largura, com clima tropical úmido e chuvas concentradas no outono e no inverno. Aí desenvolve-se

grande parte da agricultura e estão concentrados os centros urbanos, os pólos industriais, os terminais viários e a crescente indústria do turismo.

O Agreste é uma faixa de transição, ocupada, na sua maior parte, por minifúndios com culturas de subsistência e pecuária leiteira. Em algumas áreas, encontram-se grandes cultivos, além de uma significativa pecuária de corte.

A terceira zona, o Sertão, está localizado mais no interior, apesar de em algumas áreas se estender até o litoral, como nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará. O clima é o semi-árido, apresentando chuvas escassas e mal distribuídas. A temperatura atinge os 40°C e a ensolação média anual é de 2.800 horas, provocando elevados índices de evaporação. A vegetação típica é a caatinga e a atividade econômica é bastante incipiente.

Geologicamente, o Nordeste é formado de *bacias sedimentares e terrenos cristalinos*. De acordo com estudos da SUDENE, as áreas de rochas cristalinas constituem 40% da região e apresentam duas caracterís-

ticas básicas: baixa vazão das águas subterrâneas, 2.000 l/h por poço, e alto nível de salinidade, de 2.000 a 3.000 mg/l, índice acima do aceitável para consumo humano e para utilização na agricultura irrigada.

É nas áreas das bacias sedimentares que residem as maiores esperanças para ajudar a solucionar o problema nordestino. Ainda de acordo com a SUDENE, o potencial chega a 1 bilhão m³/ano de água com qualidade para todos os fins e, apesar da profundidade média ser de 100 m, os poços apresentam grande produtividade com vazão média de 10.000 l/h.

A hidrografia da região é pobre. No semi-árido, apenas os rios São Francisco e Parnaíba são perenes; os demais possuem escoamento durante 2 a 3 meses no ano. Nas áreas mais críticas, de regime pluviométrico mais desfavorável, chega a 97% o índice de evaporação do volume de água precipitada.

A Seca

A estiagem ou "seca", como é mais conhecido esse fenômeno, não se caracteriza pela ausência de chuva,

mas, sobretudo, pela irregularidade temporal, espacial e volumétrica das precipitações pluviométricas no semi-árido nordestino. Quase a totalidade do interior encontra-se nas faixas de até 800 mm anuais, quando, em uma região normal, o índice de precipitação varia de 1.200 a 2.000 mm. Essa irregularidade, aliada às condições adversas de temperatura, evaporação e solo, forma um quadro realmente desolador.

É mais fácil viver num deserto, onde o homem não alimenta esperanças de ver um dia a chuva cair. Difícil é viver em um lugar onde se sabe que a chuva vem, contudo não se tem certeza de quando, onde e com que intensidade. Por essas razões, a seca deixa de ser apenas um fenômeno ou efeito climático e transforma-se na principal causa de um grave e duradouro problema sócio-econômico, impondo ao povo do semi-árido nordestino uma vida dramática, quase insuportável.

Esse fenômeno tem a idade do descobrimento do Brasil. Alguns autores apontam 1559 como o ano em que ocorreu a primeira seca. Porém, o importante é destacar que, nos últimos dois

séculos, a sua incidência vem aumentando. O desmatamento desordenado, a agricultura predadora e fenômenos do tipo "El Niño" têm contribuído para o incremento da estiagem.

Em consequência desses fatores, a área atingida pelas secas, conhecida como *polígono das secas*, vem aumentando a cada ano. O referido polígono, criado em 1936, no governo Getúlio Vargas, abrange, nos dias atuais, quase 52% do território nordestino. Corroborando esse dimensionamento, as secas de 1979/82 e 1989/92 atingiram 1510 municípios, afetando vinte e um milhões de pessoas, conforme levantamento da SUDENE.

Durante quatro séculos muitas foram as providências governamentais para amenizar o problema, porém nenhuma com a seriedade e a eficiência necessárias. A partir da criação da SUDENE, no governo Juscelino Kubitschek, as ações foram incrementadas e vários projetos desenvolvidos. Contudo o saldo continua altamente negativo.

Efeitos da Seca

Mesmo com todo conhecimento tecnológico, adqui-

rido pelo homem nas últimas décadas, ainda é impossível controlar os fatores climáticos que provocam os longos e irregulares períodos de seca. Esses fatores refletem-se negativamente nas atividades econômicas e no atendimento às necessidades básicas da vida, pon-do em risco a própria sobrevivência do homem sertanejo.

No campo psicossocial, os efeitos são assustadores, considerando-se a migração, talvez, o principal deles. O Nordeste participa, hoje, com 28,9% da população brasileira, quando no início do século esse número era de 46,1%. A população urbana passou de 23,42%, em 1940, para 60,64%, em 1991.

O fluxo migratório, seja para o litoral, seja para outras regiões do Brasil, provoca a desagregação de famílias e núcleos urbanos, além de causar o inchaço das metrópoles e os graves problemas sociais dele decorrentes. Para os que no sertão permanecem, o destino não é melhor. O desemprego, a subnutrição, as doenças endêmicas, o analfabetismo e a mortalidade infantil são a sorte do nordesti-

no, persistente e teimoso, que se nega a abandonar a terra natal.

Enquanto no Sudeste a desnutrição afeta 8,1% da população, no Nordeste ela atinge os 27,3%. A mortalidade infantil, no Brasil, em 1992, era de 54 óbitos por mil crianças nascidas vivas, no Nordeste foi de 77 por mil, em 1994. O analfabetismo no País era de 20%, em 1991; a taxa atual do Nordeste é de 38,8%, para a população acima dos 15 anos de idade. Esse é o legado social da seca.

No campo econômico os reflexos são a falta de artigos para consumir e a ausência de consumidores, ou seja, a estagnação da atividade econômica. No século passado, o Nordeste respondia por quase 90% da exportação de algodão; era auto-suficiente na produção de carne e o couro outro expoente de vendas externas.

Os pequenos agricultores são os que mais sofrem as consequências desse processo implacável. Após um período de seca são obrigados a vender suas propriedades, pois não têm condições fi-

nanceiras para recomeçar. Crescem os latifúndios e desaparecem os minifúndios e, na melhor das hipóteses, o pobre torna-se um empregado miserável.

No campo político o efeito é facilmente identificado: a exploração da seca, cujo reflexo natural é a perma-

Enquanto no Sudeste a desnutrição afeta 8,1% da população, no Nordeste ela atinge os 27,3%. A mortalidade infantil, no Brasil, em 1992, era de 54 óbitos por mil crianças nascidas vivas, no Nordeste foi de 77 por mil, em 1994. O analfabetismo no País era de 20%, em 1991; a taxa atual do Nordeste é de 38,8%, para a população acima dos 15 anos de idade. Esse é o legado social da seca.

nência indefinida do quadro anteriormente descrito. E a manutenção do "status quo" a muitos interessa. Favorece aos que estão no poder, pois qualquer obra realizada provoca euforia e admiração da massa ignorante. Ajuda, também, os grupos de oposição, uma vez que os problemas crônicos

serão a mola propulsora de uma eleição já garantida.

Viabilidade da Região

Muitas são as alternativas técnicas e os projetos apresentados para se eliminar o problema da falta de água e amenizar a situação do semi-árido, contudo há um consenso em relação aos aspectos que todos eles devem abordar:

- educação, para o sertanejo aprender a viver em ambiente tão adverso, sabendo tirar da terra a produção dos anos de fartura, armazenando-a para os períodos de escassez;

- saúde, para um pleno rendimento no trabalho e no processo educacional;

- geração de empregos através da indústria e da construção civil; política séria de distribuição de terras com apoio técnico-financeiro; investimentos na área de transportes e energia; e obtenção e armazenamento de água para todos os fins.

O Nordeste é viável e o seu potencial é notável. Para crer, basta conhecer as maravilhas conseguidas na região de Petrolina-PE. É um

belo exemplo de como se pode transformar o semi-árido em uma região de alta produtividade.

ATUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

No Campo Econômico

Pelo Decreto nº 37.221 de 27 de abril de 1955, foi criado o 1º Grupamento de Engenharia de Construção (1ª Gpt E Cnst), sediado em João Pessoa-PB, com a missão de construir obras rodoviárias e contra as secas e de adestrar seu pessoal para um eventual emprego em combate.

Após várias modificações ao longo de sua trajetória, o Grupamento possui, hoje, quatro Batalhões de Engenharia de Construção, assim desdobrados: o 1º com sede em Caicó-RN, o 2º em Teresina-PI, o 3º em Picos-PI e o 4º em Barreiras-BA. Atua numa zona que abrange, além dos estados do Nordeste, o sudeste do Pará, o norte de Minas Gerais e o estado de Tocantins.

Observando-se as atividades desenvolvidas pelo Grupamento nas últimas décadas, constatam-se três ciclos de trabalhos: o Ciclo Ferroviário, o Ciclo Rodoviário e o Ciclo de Programas de Recursos Hídricos.

No Ciclo Ferroviário, as obras realizadas permitiram integrar as capitais do Nordeste à malha ferroviária da região. No Ciclo Rodoviário, importantes rodovias foram construídas, inclusive permitindo a ligação terrestre com a capital do País. No Ciclo de Recursos Hídricos, os esforços se concentraram na procura de soluções para o problema da falta de água, havendo participação na perfuração de poços e na construção de barragens, cacimbões e açudes.

Além das atividades de caráter permanente, o Grupamento muitas vezes foi chamado a participar de programas emergenciais. Nesse particular, destaca-se o Programa de Obras Públicas (POP), criado pelo Governo Federal por ocasião da grande seca de 1979/84, no qual foi prestada assistência a mais de 2 milhões de pessoas, em 217 municípios.

Também merecem destaque os trabalhos realizados na localidade de João Câmara-RN, para enfrentar a situação crítica provocada pelos abalos sísmicos ocorridos naquela cidade. De acordo com o relatório do Grupamento de 1988, foram recuperadas 1.103 residências em alvenaria e construídas 504 casas de taipa.

O mais importante, entretanto, na atividade desenvolvida pela Engenharia de Construção é o seu duplo benefício, pois ao mesmo tempo que cumpre a sua missão constitucional de cunho militar, contribui para o desenvolvimento da região. Dessa forma, o Estado executa duas ações essenciais a um único e baixo custo.

Contudo, vários são os obstáculos que se antepõem ao êxito das ações executadas pela Engenharia de Construção na região nordestina. Apesar de o Comandante do Grupamento representar o Estado-Maior das Forças Armadas no Conselho Deliberativo da SUDENE, a participação do Exército em todo processo restringe-se ao nível de execução. E essa execução depende de convênios firmados com órgãos federais e com os Governos Estaduais de região.

Além disso, a SUDENE, que durante muito tempo foi subordinada à Presidência da República, está vinculada ao Ministério da Integração Regional, com

menos prestígio, menos recursos e menos autonomia. Por sua vez, os estados da região não têm demonstrado interesse em realizar parceria com o Grupamento, preferindo os custos mais elevados das empreiteiras.

De acordo com o relatório do Grupamento de 1995, houve vinte convênios destinados aos quatro batalhões, dos quais apenas dois com Governo Estadual, o do Ceará. Os demais foram realizados com órgãos federais, com valor médio de R\$300.000,00, o que para a construção civil é um valor insignificante.

Além do problema político-financeiro acima abordado, na esfera militar existem outros que podem ser resolvidos, para um melhor aproveitamento das Unidades de Engenharia no Nordeste. Um deles está relacionado com o pessoal civil. Há dificuldades em se preencher as vagas deixadas pelo pessoal que se aposenta, seja pela falta de contratação e mão-de-obra temporária, seja pela defasagem salarial em relação à iniciativa privada.

Com respeito ao pessoal militar, quatro aspectos po-

dem ser destacados: as constantes movimentações, particularmente entre os oficiais; a formação do profissional de engenharia; a valorização da atividade de construção e a estabilidade de cabos e soldados nas funções de difícil formação.

No que tange à formação do oficial de engenharia, constata-se que, entre as décadas de 70 e 90, houve uma redução média de 40% na carga horária de matérias técnicas no currículo da Academia Militar das Agulhas Negras.

No que se refere à valorização do profissional, nota-se, no âmbito do Exército e, em particular, na Arma de Engenharia, uma certa discriminação em relação ao militar de construção. Esse seria um ramo mais relacionado com o meio civil, enquanto a Engenharia de Combate refletiria a verdadeira ação militar.

Em relação à estabilidade de cabos e soldados especialistas, são poucas as vagas destinadas às funções de difícil formação. Quando o militar, após 4 ou 5 anos, está apto para operar uma máquina pesada, é hora de ser licenciado.

No Campo Psicossocial

O Governo Federal, nos últimos anos, desenvolveu programas emergenciais destinados, quase todos, à distribuição de cestas básicas alimentares à população carente, para o que contou com a participação ativa das Unidades do Exército sediadas no Nordeste.

No período de 1990 a 1995, essa participação abrangeu as operações *Gente da Gente I e II*, *Ação Emergencial de Distribuição de Alimentos* (AEDA) e os *Programas de Distribuição Emergencial de Alimentos I e II* (PRODEA). Foram desencadeadas em conjunto com a COBAL, e financiadas com verbas da Presidência ou de Ministérios interessados.

A missão do Exército nessas operações variou desde a segurança de comboios e instalações, até a própria condução de carretas e caminhões, embarque de alimentos e a organização da distribuição. Nesse trabalho, foram consumidos, em média, seis meses de cada ano de instrução.

Se a participação nos programas emergenciais tem sido intensa nos últimos

anos, o mesmo não se pode afirmar das atividades de caráter permanente. Nesse aspecto, os benefícios sociais praticamente se resumem às conseqüências indiretas da formação do reservista. Ao final do serviço militar, e dependendo da função que desempenhou, o soldado alcança um bom nível de qualificação e boas condições de competir no mercado de trabalho.

Porém o percentual de jovens incorporados é reduzido e o benefício atinge, basicamente, as capitais e algumas cidades de médio porte do interior. Como exemplo, pode-se citar a cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. Em 1995, alistaram-se cerca de 7.000 jovens, dos quais apenas 350 foram incorporados, representando 5% de aproveitamento do contingente disponível.

Como extensão do trabalho indireto desenvolvido pelas Organizações Militares (OM) em prol da sociedade, pode-se citar o caso dos Tiros-de-Guerra (TG). Sendo uma solução tipicamente nacional, para ampliação do Serviço Militar e da ação de presença do Exército, os TG têm, entre

seus objetivos gerais, preparar cidadãos interessados no sucesso de suas comunidades e preparar reservistas aptos a desempenhar tarefas limitadas, na paz ou na guerra, nos quadros de Defesa Territorial e Interna, Ação Comunitária e Defesa Civil.

No Nordeste, são 64 TG distribuídos por todos os estados, com um efetivo variando entre 50 e 150 atiradores em turmas anuais e semestrais. Em 1995, havia, na região nordestina, um total de 5.000 atiradores, de acordo com dados fornecidos pelas Regiões Militares (RM) sediadas no Nordeste.

Os atiradores têm, em média, 12 horas semanais de instrução – duas horas de segunda a sábado, normalmente das 05:30 às 07:30 horas da manhã. O sistema visa a liberar o jovem para o trabalho autônomo ou empregatício, no restante do dia. Porém, a carência de vagas no mercado de trabalho e as condições adversas para a agricultura prejudicam a consecução desse objetivo.

Outra atividade desenvolvida por algumas poucas OM, em caráter voluntário e com excelentes reflexos para o progresso sócio-cul-

tural da região, é a constituição dos chamados Pelotões-Mirins. O Exército participa do convênio, fornecendo instalações, alimentação, assistência médico-odontológica e ministrando algumas instruções voltadas para a formação física e moral. O governo, municipal ou estadual, contribui com o material escolar e didático e com a designação dos professores.

Do exposto, nota-se que a participação do Exército em programas permanentes é quase nula. Vários são os fatores que contribuem para essa situação e, talvez, o mais importante seja a mentalidade existente. Para a maioria dos militares, esse tipo de atividade não é compatível e nem condizente com a missão constitucional da Força Terrestre.

Considera-se que não é responsabilidade do Exército a execução dessas tarefas e que elas apenas atrapalham a atividade-fim. E, ainda, que o profissional das armas não pode conciliar a preparação para o combate com as atividades assistenciais, como se o soldado não pudesse também salvar vidas.

Outro fator que dificulta a execução das ações perma-

entes é a simultaneidade das atividades desenvolvidas pelas Unidades Militares. Apesar da constante e crescente participação nas ações subsidiárias no Nordeste, ainda não se alterou o programa de instrução das OM ali sediadas. A missão é a mesma, seja em um batalhão do Sul ou do Nordeste, fato que concorre para algumas deficiências no desempenho de ambas as atividades.

Porém esse quadro pode ser facilmente alterado. Necessita-se apenas de algumas pequenas mudanças na estrutura da Força Terrestre e na política governamental, nos três níveis, e uma profunda alteração na mentalidade do público interno do Exército.

PROPOSTAS PARA ATUAÇÃO DO EXÉRCITO

No Campo Econômico

Podem-se agrupar as propostas em dois blocos de providências: no âmbito interno do Exército e no âmbito governamental.

Em relação às medidas da Força Terrestre, uma das primeiras atitudes que merecem ser tomadas é a mudança de mentalidade do

público interno. Há que se encarar as obras de cooperação como atividades das mais honradas e dignas para o militar da Arma de Engenharia. E essa mudança começa, necessariamente, nas escolas de formação.

É também essencial repensar os currículos dessas escolas. A carga horária das matérias relacionadas com a atividade de construção merece um considerável acréscimo. Outra forma de se conseguir uma melhor eficiência técnica é a criação de cursos de especialização, nos moldes dos já existentes para os profissionais de Comunicações e Material Bélico. Após concluído o curso, o militar teria determinado tempo mínimo de permanência em uma Unidade de Construção.

Da mesma forma, se faz necessário um maior estímulo ao profissional de construção. As recompensas, sejam pecuniárias ou profissionais, valorizam os trabalhos desenvolvidos. Por exemplo, uma condecoração, similar à do Serviço Amazônico, pela quilometragem de rodovias construídas ou pela quantidade de cacimbões e poços perfurados.

Em relação à articulação e estrutura dos Batalhões de

Engenharia, não há dúvidas de que a região necessita de um Batalhão Ferroviário, pois o trabalho desenvolvido nas décadas de 50 e 60 ainda está por ser concluído e ampliado. No que se refere aos batalhões já existentes, é necessário que sejam transformados em Tipo III, isto é, com três Companhias de Engenharia de Construção.

Contudo, não basta que o efetivo seja aumentado. A mais alta prioridade deve ser dada a esses batalhões, quando do nivelamento de efetivos no âmbito do Exército Brasileiro. É importante, também, o aumento das vagas oferecidas para a estabilidade de cabos e soldados, evitando-se, assim, a alta rotatividade e o conseqüente decréscimo no rendimento dos trabalhos.

Todas essas medidas porém deixarão de surtir o efeito desejado, se não houver uma campanha do Exército Brasileiro, ressaltando as possibilidades da Engenharia Militar e a economia de recursos que o seu emprego pode gerar. Ela deve atingir os dirigentes, os congressistas e, sobretudo, a população. Só assim as verbas estarão garantidas.

Em relação às providências de âmbito governamental, a primeira e a mais importante medida a ser tomada é a institucionalização da participação do Exército no programa de obras para o Nordeste, através da destinação de recursos específicos no Orçamento da União. A decisão sobre as obras a serem executadas continua com o Governo, porém a continuidade da execução não mais dependerá da boa vontade dos escalões intermediários.

Muito se fala de concorrência com empresas civis. Não é o caso, pois os batalhões não têm essa capacidade e nem pretendem competir com as empreiteiras. O que se deseja é o aumento dos benefícios para todos: economia de recursos por parte da União; continuidade da obra até o seu término; qualidade do serviço realizado; absorção de mão-de-obra em regiões sem atrativo para a iniciativa privada; maior motivação e melhor adestramento do pessoal militar.

As obras devem ser de pequeno e médio porte e, de preferência, localizadas nas áreas de responsabilidade dos batalhões, o que dimi-

nui os custos e ameniza o problema de deslocamento a grande distância da sede. Isso, no entanto, poderia ocorrer quando da participação em grandes obras. O Exército pode também participar dos empreendimentos governamentais em atividades de fiscalização, supervisão e gerenciamento.

No Campo Psicossocial

A atuação do Exército nesse campo tem se intensificado bastante nos últimos anos, tornando-se quase permanente e absorvendo a maior parte das Unidades, operacionais ou não, sediadas no Nordeste. A questão principal é como conciliar as ações complementares com o cronograma de instrução imposto pelos órgãos de planejamento.

• *Reestruturação da Força Terrestre*

Em decorrência da Nova Ordem Mundial, consequência imediata do fim da Guerra Fria, e da atual situação sócio-econômica do Brasil, o Exército tem reformulado seus planejamentos para o final do século, estabelecendo objetivos gerais condizentes com a realidade brasileira.

Um deles é a criação dos "Núcleos de Excelência". Esses núcleos serão constituídos pelas Escolas, Centros de Tecnologia e Unidades criteriosamente escolhidas para compor as Forças de Pronto Emprego.

Coerente com essa realidade e para a completa harmonia entre as atividades militares e as ações complementares, a serem desenvolvidas pelas Unidades não componentes da Força de Pronto Emprego e da Reserva Estratégica, falta apenas a reformulação do período e do programa de instrução.

A proposta é reduzir o período de formação do reservista para seis meses, englobando a Fase Básica, Fase de Qualificação e um curto Adestramento de 15 dias, voltado para as prioridades de emprego no Nordeste. Nos seis meses seguintes, e ainda vinculados ao Ministério do Exército, os reservistas participariam de ações complementares, particularmente nas localidades mais carentes, enquanto os profissionais estariam voltados para a manutenção dos padrões.

O programa seria considerado como um Serviço Militar Complementar, ao

invés do Serviço Militar Alternativo, e seria desenvolvido mediante convênio com órgãos federais, estaduais e municipais, favorecendo a relação custo-benefício e trazendo vantagens para todos. O Governo e a população ganhariam um excelente reforço, para a execução dos programas sociais, e o Exército manteria a sua presença intocada, economizaria recursos e melhoraria ainda mais a sua imagem junto à população.

• *Programas emergenciais*

Um outro objetivo geral previsto no Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX) é o apoio às comunidades carentes e ao desenvolvimento sócio-econômico do País.

Com a implantação da proposta apresentada no item anterior, a consecução desses objetivos seria mais exitosa e a participação nos programas emergenciais ficaria facilitada e menos prejudicial à instrução. Os profissionais estariam conscientes e motivados para participar de ambas as atividades. Alguns estariam voltados para as ações complementares, em princípio pessoal contratado, e os demais

direcionados especificamente para a formação da reserva mobilizável. As atividades dos primeiros seriam coordenadas por uma Seção de Defesa Civil a ser criada em cada OM.

• *Programas permanentes*

Mediante convênio com órgãos governamentais, nos seis meses do Serviço Militar Complementar, os soldados atuariam com agentes comunitários, particularmente nas áreas da educação e da saúde. Devidamente orientados e treinados por especialistas civis, desenvolveriam seu trabalho divididos em turmas distribuídas por municípios previamente selecionados.

O programa, semelhante ao Projeto Rondon e ao Programa Universidade Solidária, teria seus custos divididos pelos conveniados. A orientação e o acompanhamento técnico ficariam a cargo dos órgãos civis, enquanto a supervisão e a fiscalização sob a responsabilidade do Exército, através da Seção de Defesa Civil, auxiliada pelos Tiros-de-Guerra e Delegacias do Serviço Militar.

Outro programa bastante produtivo e perfeitamente viável diz respeito aos

Tiros-de-Guerra. Nos três primeiros meses, a parte da manhã seria destinada à instrução militar – 2 horas – e as aulas complementares – 3 horas – abrangendo assuntos como saúde, educação, agricultura, assistência social e meio ambiente. Após esse período inicial, os atiradores passariam a aplicar os ensinamentos adquiridos, em prol da comunidade.

Pelo trabalho desenvolvido no município sede e na região circunvizinha, os Atiradores passariam a receber uma ajuda de custo, devidamente rateada entre os conveniados. Pelos dados atuais, seria um exército de 5.000 agentes comunitários atuando no Nordeste. Além disso, na criação de novos TG seriam priorizados os municípios mais carentes.

Além da criação dos programas permanentes acima apresentados, há necessidade de se incrementar outros já existentes. Os Pelotões-Mirins, por exemplo, deveriam ser de caráter obrigatório para todas as Unidades sediadas no Nordeste, não componentes da Força de Pronto Emprego.

Da mesma forma, merece especial atenção o programa denominado “Rio

Criança Cidadã”, programa realizado mediante convênio e que se destina a promover atividades relacionadas ao desenvolvimento do menor carente, no que se refere ao aprendizado profissionalizante.

A primeira vista, pode parecer que as propostas apresentadas sejam um pouco revolucionárias. Ao contrário, são simples e fáceis de serem implementadas e de baixo custo, tanto para os três níveis de Governo quanto para o Exército. A sua adoção depende da vontade política da classe dirigente e da mudança de mentalidade em vigor na Força Terrestre.

CONCLUSÃO

A seca, conseqüência de fatores climáticos e ambientais, tornou-se, ao longo dos anos, um fenômeno com reflexos sócio-econômicos devastadores para a região nordestina, em especial o seu semi-árido.

Para evitar o pior, a morte, os programas emergenciais são importantes. Contudo, o que pode trazer uma solução definitiva são os programas permanentes, com objetivos de médio e longo prazos. Para isso são

necessárias, acima de tudo, vontade política e continuidade nos projetos, independente da corrente partidária que esteja no poder.

Nesse contexto, a contribuição do Exército Brasileiro para o desenvolvimento da região nordestina tem sido significativa, em particular nas atividades ligadas ao campo econômico. Em relação ao psicossocial, a participação do Exército se resume basicamente aos programas emergenciais, pois pouco se tem feito em apoio aos programas permanentes. Restringe-se a uma contribuição de forma indireta, através da qualificação dos reservistas que anualmente retornam à vida civil.

As propostas apresentadas para reverter esse quadro são de fácil aplicação e sem custos para a Instituição. Vai desde a mudança de mentalidade sobre as ações complementares, até a reestruturação das Unidades Militares sediadas no Nordeste, passando pela reorientação dos TG e pela implantação de ações humanitárias no interior dos quartéis.

É importante ressaltar que não se deseja desviar a Força Terrestre de sua missão primordial. Ao contrário, é

necessário um Exército cada vez mais capaz, moderno e profissional. Contudo fica difícil de se imaginar um exército de primeiro mundo, num país onde o maior inimigo são a fome, a miséria, a doença e o analfabetismo, ou seja, a grave dívida social. O Exército e a Nação têm que caminhar juntos, ombro a ombro e de passo certo.

O Nordeste precisa de ajuda, o mesmo Nordeste que serviu de berço para o Exército e para a Nacionalidade Brasileira. É possível ajudá-lo. É perfeitamente compatível o adestramento para o combate com a execução de ações complementares de caráter permanente, até quando forem necessárias.

Só assim teremos, num futuro mais próximo, um Exército moderno, eficaz e totalmente coerente com uma Nação social e economicamente desenvolvida.

Lembrando o grande General Osório, na interpretação do autor deste ensaio, pode-se augurar que *não se envergonhe o profissional das armas em sair da caserna para ajudar o povo pobre e necessitado, a fim de que esse mesmo povo não se lamente em chamá-lo de irmão.*



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANAQUE ABRIL 1995. São Paulo, 1995.

ALMEIDA, José Américo de. As Secas do Nordeste. 2ª ed. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1981, 35 p.

BRASIL. Portaria do Ministro de Estado do Exército nº 70 de 12 de fevereiro de 1993. Aprova a Diretriz para implantação do Programa de Desenvolvimento de Tiros-de-Guerra. Noticiário do Exército nº 8581, p. 2-3, 25 fev. 1993.

COELHO, Jorge. Indústria das Secas. Petrópolis: Vozes, 1985.

COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES (COTER). Diretriz para emprego do Exército na Operação Real Plus. Brasília, 1994.

COMANDO MILITAR DO NORDESTE (CMNE). Atividades Complementares do CMNE. Recife, 195.

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS. Uma Reavaliação dos Batalhões de Engenharia de Construção. Rio de Janeiro, 1990.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (EME). Organização e principais atividades do EME. Brasília, 1995. Palestra.

1ª GRUPAMENTO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO (1ª Gpt E Cnst). Atividades do 1ª Gpt E Cnst. João Pessoa, 1994.

PROGRAMA RIO CRIANÇA CIDADÃ. Verde – Oliva, n. 141, p. 17-19, out/nov/dez. 1994.

7ª REGIÃO MILITAR (7ª RM). Plano Regional de Instrução para os Tiros-de-Guerra da 7ª RM – Biênio 1994/95. Recife, 1994.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE). Programa de Fortalecimento da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste, 1992-1995. Recife, 1992.

_____. Relatório do Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA). Recife, 1993.